



QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº 228633-1	2ª Vara Cível da Comarca de Olinda
Apelante:	Josefa Mendes Monteiro e Outros
Apelado:	Espólio de Antônia Pinheiro Cavalcante
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE - PROCESSO nº 0005779-91.2001.8.17.0990. DESNECESSIDADE DE REPARO NA DECISÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO DE APELAÇÃO, DESNECESSIDADE DE JULGAMENTO SIMULTÂNEO QUANDO OS MOTIVOS EMBASADORES ESTIVEREM REVESTIDOS NOS INCISOS II e III do artigo 267 DO CÓDIGO DE RITOS. MANUTENÇÃO DO JULGADO.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 228633-1, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso apelativo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 11/06/2014

[Assinatura]
Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº 228633-1	2ª Vara Cível da Comarca de Olinda
Apelante:	Josefa Mendes Monteiro e Outros
Apelado:	Espólio de Antônia Pinheiro Cavalcante
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta por Josefa Mendes Monteiro e outros, em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Olinda, (fls. 330), no domínio da Ação de Imissão de Posse nº 0005779-91.2001.8.17.0990, que julgou sem resolução de mérito nos termos do inciso II e III do artigo 267, por entender que na existência de ações conexas, a legislação exige do magistrado a realização de julgamento simultâneo destas ações no intuito de evitar decisões conflitantes.

Em preliminar, o Apelante sustenta que o julgado agrediu os dispositivos assentados nos incisos II e III artigo 267 do Código de Ritos, já que há a necessidade de intimação pessoal do autor acerca do interesse no prosseguimento do feito. Bem como, do art. 261 do CPC que reza sobre a necessidade julgamento referente ao valor da causa na forma estatuída pelo código.

No mérito, alega que não foi respeitado o julgamento simultâneo das ações, visto que deixou de proferir antecipadamente julgamento nos Embargos de Terceiro e na impugnação ao valor da causa.

Por fim, requer o reexame dos autos, a fim de dar provimento ao presente recurso.

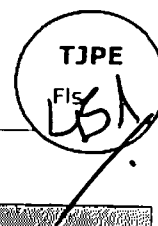
Devidamente intimado, o Espólio da Srª Antônia Pinheiro Cavalcante deixou transcorrer *in albis* quedando-se inerte (certidão de fl. 395).

A Douta Procuradoria de justiça, em cota de fls. 438/441, deixou de emitir parecer por ausência de interesse no feito.

É o Relatório. Ao Revisor.

Recife, 14 de novembro de 2012


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 228633-1

2ª Vara Cível da Comarca de Olinda

Apelante: Josefa Mendes Monteiro e Outros

Apelado: Espólio de Antônia Pinheiro Cavalcante

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

PRIMEIRO VOTO PRELIMINAR

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se, a preliminar argüida pelo Apelante, no âmbito do ataque ao dispositivo que reza sobre a necessidade de intimação pessoal da parte interessada ante o princípio que dispõe sobre o cerceamento de defesa, para fins de resguardar o interesse no prosseguimento do feito, na forma estatuída no Código de Ritos, precisamente conceituada nos incisos II e III do artigo 267 – que trata das hipóteses de extinção do feito sem resolução do mérito.

Analisando os atos processuais laborados, verifico que a assertiva propagada nesta preliminar não se apresenta sólida o suficiente para alterar o contexto dogmático empregado na sentença, já que a intimação pessoal da parte autora, ora demandada, deixou de se efetivar em face da falta de comunicação sobre a alteração de endereço por ela a ser declinado, recaindo desta forma, no preceito que sobrecarrega ao autor de todas as ocorrências a partir daí, que irão correr a sua revelia.

Sem maiores delongas, e por não encontrar qualquer elemento de suporte as argumentações apresentadas, rejeito a preliminar em comento.

É como voto.

Recife, de de 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº 228633-1	2ª Vara Cível da Comarca de Olinda
Apelante:	Josefa Mendes Monteiro e Outros
Apelado:	Espólio de Antônia Pinheiro Cavalcante
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

SEGUNDO VOTO PRELIMINAR

Esta preliminar, o apelante debate que houve agressão ao dispositivo que reza sobre a necessidade de julgamento referente à impugnação ao valor da causa, no prazo estipulado no artigo 261, ou até o julgado da ação que lhe deu causa, na forma estatuída no Código de Ritos, e jurisprudências a ele atinentes.

Após análise dos atos processuais laborados nos autos, verifico que a assertiva propagada nesta preliminar também não se apresenta sólida o suficiente para alterar o contexto dogmático empregado na sentença, vez que a **jurisprudência não aclara qualquer impedimento para que o magistrado decida este incidente em despacho singular ou mesmo quando do julgamento da causa que lhe deu motivo, isto quando ela for abranger o mérito da ação.**

Ademais, lembro o art. 261 do Código de Processo Civil:

"O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa."

Posto isso, rejeito a preliminar que foi disposta no presente recurso.

É como voto.

Recife, de de 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

QUINTA CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível nº 228633-1	2ª Vara Cível da Comarca de Olinda
Apelante:	Josefa Mendes Monteiro e Outros
Apelado:	Espólio de Antônia Pinheiro Cavalcante
Relator:	Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO DE MÉRITO

Os elementos ensejadores do recurso de apelação, embora dentro de uma vertente doutrinária, não se acham cogentes com os fatos ocorridos no presente feito e, isto se deve pela forma com que se constituiu o julgado.

Em despacho formulado pelo juízo de primeiro grau, restou determinada a intimação da parte autora para manifestar interesse no feito. Acontece que a intimação para este fim correu sem qualquer pronúncia a este fim.

Em petição formulada pela parte Demandada, ora apelante, de fls. 326/327, pugnou pelo pedido de extinção do processo pelo fato da parte autora ter permanecido inerte quanto ao interesse na demanda.

Diante da situação postada, o magistrado entendeu de forma acertada em findar o processo, sem maiores pormenores, até porque este entendimento que vem sendo aplicado por todos os Tribunais de Justiça, sentenciando os processos sem resolução do mérito, nos termos do inciso II e III referente ao artigo 267 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Acontece que mesmo nos processos em que tenha havido conexão, eles podem ser julgados separadamente, para tanto cito questão abordada por instância superior:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. GUIAS DE RECOLHIMENTO DO PORTE DE REMESSA E RETORNO NÃO JUNTADA AOS AUTOS. DESERÇÃO CONFIGURADA. REINTEGRAÇÃO DE POSSE CONEXA À AÇÃO MONITÓRIA. ART. 264 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. JULGAMENTO NÃO SIMULTÂNEO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRECEDENTES. 1. O pagamento do porte de remessa e retorno deve ser efetuado nos moldes determinados pelo art. 41-B da Lei n. 8.038/1990, disciplinado pela Resolução n. 1/2008, vigente à época da interposição do recurso especial, sendo imprescindível a juntada não só do comprovante de pagamento, mas também da Guia de Recolhimento da União, ônus do qual não se desincumbiu a recorrente. 2. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a comprovação do recolhimento das custas judiciais faz-se no ato de interposição do recurso, segundo a regra do art. 511, caput, do CPC, sendo incabível posterior regularização. 3. A falta da comprovação do recolhimento do porte de remessa e retorno do recurso especial de acordo com a lei processual enseja a pena de deserção. 4. Ainda que superada a deserção, melhor sorte não acolheria o recurso especial quanto ao conhecimento. 5. A matéria disciplinada pelo art. 264 do Código de Processo Civil não foi objeto de análise do acórdão recorrido, não se configurando o necessário prequestionamento. 6. O entendimento consolidado deste Tribunal é no sentido de que o julgamento de apenas um dos feitos reunidos por conexão não induz, necessariamente, nulidade da decisão, uma vez que cabe ao magistrado a avaliação de julgamento simultâneo das ações, inspirado pelos objetivos da conexão (evitar decisões conflitantes e privilegiar a economia processual). Precedentes. 7. No presente caso, a necessidade de julgamento simultâneo da ação de reintegração de posse e da ação monitória foi afastada pelo Tribunal de origem, ao fundamento de ausência de perigo de decisões conflitantes, uma vez que as matérias a serem decididas nas referidas ações não sofrem influência mútua, encontrando-

se, assim, em harmonia com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior. 8. Estando o acórdão recorrido em harmonia com o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, não merece conhecimento o recurso especial. 9. Recurso especial não conhecido.”

(STJ- REsp 1126639/SE, 2009/0042300-0, Quarta Turma, Relator: Ministro LUIS Felipe Salomão, dj. em 21/06/2011, dje. em 01/08/2011)

Tal conceito se aplica de forma direta ao caso em comento, ainda mais quando a decisão recai pela falta de interesse da parte autora e quando a demandada participa deste entendimento, como se pode verificar nos autos.

Por fim, entendo que a sentença ora vergastada por recurso de apelação encontra-se bem ajustada à situação postada nos autos, consoante determina o art. 267, § 1º do CPC determina:

“Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

I- ...

II - quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

§ 1º O juiz ordenará, nos casos dos ns. II e III, o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 (quarenta e oito) horas.”

Ademais, não há o que se falar em necessidade de intimação pessoal como exige o § 1º do artigo acima citado, visto que reputar-se-ão válidas as intimações enviadas, por carta registrada, para o endereço constante nos autos, conforme se verifica na fl. 329 (art. 39, parágrafo único do CPC).

Neste mesmo sentido, dispõe o art. 238, § único do CPC:

“Art. 238. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais e aos advogados pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria.

Parágrafo único. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva.”

Como dito, a intimação pessoal da parte autora deixou de se efetivar ante a ausência de comunicação sobre a alteração do seu endereço.

In casu, não consigo vislumbrar razões plausíveis ao pretexto recursal, e isso se deve a forma como foi conduzido o processo em comento, pois foram declinadas as partes todos os meios necessários a produção de prova e argumentações. O julgamento não poderia ser outro. O nexo de causalidade se acha estampado nos autos.

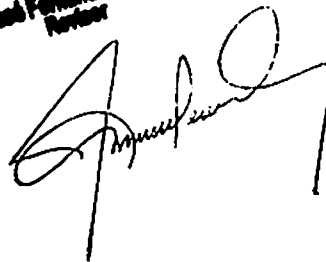
Face ao exposto, conheço do recurso de apelação, mas nego-lhe provimento, no sentido de manter a sentença vergastada sobre as questões que serviram de base para o recurso de apelação.

É como voto.

Recife, de _____ de 2014

Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

Revisión, poco pauta
Recibido, 24 / 2 / 14
Dra. José Fernández de Lencina
Revisor

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'José Fernández de Lencina', written in a cursive style.